

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo deste trabalho será disponibilizado somente a partir de 02/03/2019.

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara - SP

NAIARA CAROLINE VAZ ROSA-PEREIRA

**A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE NO
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO: um estudo sobre creches**



ARARAQUARA – S.P.

2017

NAIARA CAROLINE VAZ ROSA - PEREIRA

**A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE NO
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO: um estudo sobre creches**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Formação do professor, trabalho docente e práticas pedagógicas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maristela Angotti

ARARAQUARA – S.P.

2017

Rosa-Pereira, Naiara Caroline Vaz
A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE NO MUNICÍPIO
DE RIBEIRÃO PRETO: um estudo sobre creches / Naiara
Caroline Vaz Rosa-Pereira – 2017
260 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) –
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)

Orientador: Maristela Angotti

1. Creche. 2. Trabalho Docente. 3. Valorização
Profissional. 4. Plano de Carreira Docente. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

NAIARA CAROLINE VAZ ROSA-PEREIRA

**A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE NO
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO: um estudo sobre creches**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Formação do professor, trabalho docente e práticas pedagógicas.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maristela Angotti

Data da defesa: 02/03/2017

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maristela Angotti.
FCLAR -UNESP/Araraquara.

Membro Titular: Prof^ª Dr^ª Maria José da Silva Fernandes.
FCLAR- UNESP/Araraquara.

Membro Titular: Prof^ª Dr^ª Bianca Cristina Corrêa.
FFCLRP - USP/ Ribeirão Preto.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico esta pesquisa a duas pessoas muito importantes em minha vida e que marcaram a trajetória de realização da mesma:

À minha mãe, Maristela Vaz, que desde de seu ventre me dedicou o amor mais puro que se pode encontrar. Pelo incentivo em minha vida escolar mesmo quando os recursos eram escassos, pelas horas de estudos durante a infância e suas associações de incentivo a memória (risos), pelo acompanhamento cuidadoso de todo o processo escolar, pela confiança muitas vezes maior que a minha, na consecução de meus objetivos, por acreditar em mim: **Esse trabalho é para você**, luz que me acompanha e ampara trazendo para o mundo o melhor que posso ser. A você toda minha vida.

Ao meu marido e companheiro Elias Dias Pereira, por todo amor e cuidado e por ser um exemplo de determinação e encorajamento, uma pessoa do bem e profissional brilhante, de quem eu me orgulho de todo coração e espero partilhar uma linda família. **Esse trabalho é para você**, que em meio a muitas dificuldades sempre manteve o seu foco, alcançando seus objetivos e tornando-se assim um exemplo a ser seguido e admirado por todos. A você todo meu amor e admiração.

AGRADECIMENTOS

Compreendo a conclusão deste trabalho como um conjunto de contribuições ao longo de toda minha trajetória acadêmica, a partir da qual muitas pessoas se fizeram presentes direta ou indiretamente, não seria possível mencionar aqui todas elas, sendo assim, gostaria de deixar registrado meus agradecimentos a todas as contribuições.

A Deus e a Nossa Senhora Aparecida, pela força nos momentos difíceis, por guiar meus passos em todos os momentos, cercar-me de pessoas especiais e por oportunizar-me a vida.

A minha orientadora Maristela Angotti, por ter acreditado na relevância do trabalho e aceito orientar-me, proporcionando-me assim um imenso orgulho em tê-la parceira de pesquisa, pela oportunidade de crescimento alcançado através do mestrado e carinho dispendido. Não poderia deixar de agradecer também ao pequeno grande Pablo, que muitas vezes emprestou sua mamãe para que pudéssemos nos reunir.

A Bianca Cristina Corrêa, pelas primeiras reflexões acerca do projeto de pesquisa e grandes ensinamentos, pelo imenso amor à Educação Infantil e todas as suas contribuições na busca de sua valorização, por aceitar nosso convite para composição da banca e com isso contribuir imensamente para a finalização da pesquisa.

A Maria José da Silva Fernandes, por seu olhar apurado e por todas as contribuições à pesquisa, as quais foram fundamentais, por oportunizar-me tê-la na banca mesmo diante a muitos compromissos e possuir esta maneira doce de apontar questões a serem revistas.

A toda minha família, que sempre esteve presente e disposta a ajudar.

A minha mãe Maristela, por cuidar de toda rotina cotidiana para mim, permitindo assim que quando não trabalhando, eu me dedicasse prioritariamente à conclusão da pesquisa.

Ao meu marido Elias, que pacientemente me acompanhou neste processo compreendendo minhas ausências e tensões emocionais.

A quem durante a graduação me inseriu no universo da pesquisa, professora Michele Cristine Cruz Costa e incentivou o prosseguimento de meus estudos. Por todos os ensinamentos e contribuições.

Ao corpo docente da Universidade Paulista, o qual fazem parte da minha constituição enquanto docente, em especial à Cristiane Rodrigues, Viviane Coloca e Marcelo Araújo.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, pelas contribuições em minha formação acadêmica.

A amiga Tatiana Noronha, pela sua simplicidade e grandiosidade e sua disposição em ajudar, pelo companheirismo diante as dificuldades e encorajamento, e pelas risadas que fizeram a caminhada mais leve.

Aos amigos Carlos Constantin e Roberta Maziero, pela parceria durante toda a jornada, apoio nos momentos difíceis e contribuições à pesquisa. A companhia e amizade de vocês foi um presente para mim. Lembranças que guardarei no coração.

A Bruna Cury de Barros, pelo incentivo e apoio na composição do projeto de pesquisa, por estar sempre disposta a ajudar e compreender as inquietações presente nesta trajetória estendendo sua mão sempre que precisei.

A todos os colegas que fiz durante as disciplinas, pelo crescimento que me proporcionaram.

A parceira de trabalho que virou amiga Leticia Dadalt, pelo incentivo na busca de meus sonhos e encorajamento durante todo o processo, desde o processo seletivo para ingressar no mestrado até a fase final da pesquisa.

As amigas e companheiras de trabalho que apoiaram e contribuíram, especialmente à Amanda Tapetti, Débora Gimenes, Daniela Fabiani, Junia Figueira e Ludmila Santos, pela compreensão de minhas ausências nos encontros a passeio, pela preocupação com meu bem-estar, por permitir-me contar com o amor da verdadeira e pura amizade.

A Rosângela Raimundini, gestora da unidade escolar que atuo, pelo trabalho que desenvolve com as crianças, professores e comunidade, tornando a EMEI Hilda Mosca um lugar de respeito e reconhecimento da Educação Infantil.

Aos funcionários do setor de pós-graduação, que sempre muito amáveis e atenciosos me ajudaram com as dúvidas e procedimentos.

Enfim e não menos importante, às professoras participantes da pesquisa, que compreendendo a importância de se discutir a temática se mostraram solícitas e expuseram suas ideias e concepções permitindo assim a realização do estudo.

RESUMO

A pesquisa em questão analisa as consequências da implementação do novo Estatuto Público Municipal de Ribeirão Preto, a Lei Complementar nº 2.524 de 05 de abril de 2012 e as mudanças nas condições de trabalho das professoras que atuam na Educação Infantil (0-3 anos). A nova lei foi aprovada após muitas lutas e discussões da classe, luta esta pelo reconhecimento público deste profissional enquanto professor e pela garantia de seus direitos. Buscamos analisar se após a implementação do novo estatuto as professoras deste segmento puderam sentir mudanças em suas condições de trabalho e se as tais refletiram de alguma maneira em seu trabalho docente e valorização profissional. Diante de tais objetivos, entendemos a necessidade de utilizar para este estudo os fundamentos da pesquisa de abordagem qualitativa. Realizamos uma análise comparativa documental dos estatutos da rede municipal na busca das mudanças na carreira destas professoras e coleta de dados empíricos por meio de aplicação de questionários buscando compreender a significação destas mudanças para o grupo pesquisado, relacionando a melhoria de suas condições de trabalho e seus desdobramentos no desenvolvimento de seu trabalho docente. Concluímos que a mudança legislativa municipal trouxe benefícios às condições objetivas de trabalho das professoras de creches e que a partir destas mudanças as referidas professoras se sentem mais valorizadas e satisfeitas com a profissão, demonstrando assim ter se apropriado de melhores condições de realizar seu trabalho docente.

Palavras-chave: Creche; Trabalho Docente; Valorização Profissional; Plano de carreira docente.

ABSTRACT

The survey under question analyses the consequences of implementation of a new Municipal Public Statute of Ribeirão Preto, Complementary Rule no. 2,524 of 5th April 2012 and the changes in the teachers' working conditions who teach in the Infantile Education (0-3 years old). The new rule was approved after many battles and class discussions, a battle for the public recognition of this professional as a teacher and by the guarantee of his or her rights. We tried to analyze if after a implementation of new statute the teachers in the segment could feel the changes in their working conditions and if such changes reflected in some way on their teaching work and profession valorization. In the face of these objectives, we understand the necessity of using this study the fundamentals of the survey in a qualitative approach. We have made a documental comparative analysis of statutes in the municipal network in the search of changes in the career of these teachers and empiric data collection by questions sheet application trying to understand the meaning of these changes to the surveyed group, in a relation to the improvement of their working conditions and its influences in the development of the teaching work. We have concluded that the municipal rule changes have brought benefits to the objective working condition of teachers in kindergarten and from those changes the teachers under references feel more valuable and satisfied with the profession, by showing in this way to have taken better conditions to perform their teaching work.

Keywords: Kindergarten, Teaching Work, Profession Development, Career Plan.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro Comparativo	69
Quadro 2 – Quadro Comparativo	71
Quadro 3 – Quadro Comparativo	74
Quadro 4 – Quadro Comparativo	75
Quadro 5 – Quadro Comparativo	77
Quadro 6 – Quadro Comparativo	79
Quadro 7 – Descrição do cargo de educador de creche.....	82
Quadro 8 – Enquadramento inicial para vencimento do cargo de PEBI e requisitos.....	85
Quadro 9 – Escala de níveis salariais e seus vencimentos	86
Quadro 10 – Quadro Comparativo.....	87
Quadro 11 – Critérios para a atribuição de pontos.....	89
Quadro 12 – Quadro Comparativo.....	91
Quadro 13 – Das disposições finais.....	92
Quadro 14 – Quadro Comparativo.....	93
Quadro 15 – Revisão da literatura	96
Quadro 16 – Faixa etária dos sujeitos da pesquisa	104
Quadro 17 – Tempo de atuação docente.....	105
Quadro 18 – Caracterização dos sujeitos	106
Quadro 19 – Formação Inicial e Continuada dos sujeitos	107

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Satisfação com a profissão anterior à Lei Complementar nº2524/12.....	121
Figura 2 – Satisfação com a profissão após à Lei Complementar nº2524/12.....	121
Figura 3 – Valorização Profissional anterior à Lei Complementar nº2524/12.....	125
Figura 4 – Valorização Profissional após à Lei Complementar nº2524/12.....	126
Figura 5 – Dedicção ao planejamento anterior à Lei Complementar nº2524/12.....	131
Figura 6 – Dedicção ao planejamento após à Lei Complementar nº2524/12.....	132
Figura 7 – Trabalho docente com as crianças anterior à Lei Complementar nº2524/12.....	136
Figura 8 – Trabalho docente com as crianças após à Lei Complementar nº2524/12.....	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

CF – Constituição Federal de 1988.

DCNEIs – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

EF – Ensino Fundamental.

EI – Educação Infantil.

FCLAr – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

FUNDEB – Fundo de desenvolvimento da Educação Básica.

FUNDEF – Fundo de desenvolvimento do Ensino Fundamental.

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PEB I – Professor da Educação Básica I.

PEB II – Professor da Educação Básica II.

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

SME – Secretaria Municipal de Educação.

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

TDA – Trabalho Docente com aluno.

TDI – Trabalho Docente Individual.

TDC – Trabalho Docente Coletivo.

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
SEÇÃO 1.....	22
A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	22
1.1. Percurso histórico da constituição da Educação Infantil.....	22
1.2. Legislação: avanços e retrocessos.....	30
1.3. Condições de trabalho na Educação Infantil.....	43
1.4. A desvalorização da Educação Infantil e de seus professores.....	57
SEÇÃO 2.....	67
O NOVO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DE RIBEIRÃO PRETO E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA O TRABALHO DOCENTE NAS CRECHES.....	67
2.1. O percurso de estruturação da nova lei.....	67
2.2. Mudança legal: Decorrências ao trabalho do professor de Educação Infantil - creches (0-3 anos).....	68
SEÇÃO 3.....	96
METODOLOGIA DE PESQUISA.....	96
3.1. Análise dos documentos legais.....	98
3.2. Técnica de coleta de dados: Questionário.....	100
3.3. Caracterização das participantes da pesquisa.....	104
3.4. Contextualizando a formação inicial e continuada das participantes.....	106
SEÇÃO 4.....	110
ANÁLISE DOS DADOS.....	110
4.1. Conhecimento sobre o novo estatuto.....	111
4.2. Mudanças mais significativas.....	113
4.3. Melhores condições de trabalho.....	114
4.4. Condições objetivas de trabalho.....	116
4.4.1. Jornada de trabalho.....	116
4.4.2 Aumento Salarial.....	119
4.4.3 Valorização profissional.....	124
4.5. Condições de realização do trabalho docente.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	148
Apêndice A - Questionário de Pesquisa.....	164

Apêndice B – Dados recebidos via correio eletrônico.....	168
Anexo A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	169
Anexo B –Lei Complementar nº315/94.....	172
Anexo C –Lei Complementar nº2524/12.....	213

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surgiu de inquietações pessoais fomentadas através da minha inserção na carreira docente enquanto professora na Educação Infantil. Considero que uma pesquisa sempre busca encontrar respostas para conflitos que perpassam o universo do pesquisador e no meu caso não foi diferente.

Durante minha formação em Pedagogia, pela Universidade Paulista – Ribeirão Preto, busquei compreender os fundamentos e pressupostos das etapas educacionais, especialmente as quais eu seria habilitada a trabalhar e aos poucos fui me apropriando das discussões, lutas e frustrações do campo educacional.

As lembranças e descobertas desse período acadêmico sempre me veem à memória e muito contribuíram para minha constituição enquanto pesquisadora iniciante. Recordo-me de um fato que muito me chamou a atenção logo nos primeiros dias letivos. Como de costume, em meio as apresentações da turma, a professora nos indagou sobre o que nos levava até o curso de Pedagogia, o porquê havíamos o escolhido mediante tantos outros. A grande maioria da turma respondeu copiosamente a mesma coisa: porque eu gosto de crianças! Neste momento eu levei um pequeno susto, pois minha resposta não era essa. Respondi que estava naquele curso porque gostaria de compreender melhor a educação e porque a considerava fator primordial na vida das pessoas. Acredito que esse foi o momento da minha primeira reflexão enquanto professora: eu deveria estar ali somente por gostar de crianças?

Até então eu não havia pensado na possibilidade de trabalhar na Educação Infantil, via à docência como outra coisa, pensava o quanto eu seria realizada ao ensinar uma criança a ler e escrever ou coisas do tipo, pensamento este que hoje reconheço como sendo o da maioria dos leigos. Durante os estágios realizados através do curso, pude me aproximar do campo e foi imediato o meu interesse pela Educação Infantil, ao mesmo tempo percebi que era um campo com muitas especificidades e pude observar algumas dificuldades encontradas pelas professoras que atuavam neste segmento. Recordo-me com muito carinho destes primeiros contatos em campo.

Logo ao término da graduação foi divulgado em toda região que a cidade de Ribeirão Preto realizaria concurso público para contratação de profissionais para atuarem como professores na Educação Infantil. Minha triste surpresa veio quando analisei o edital de

contratação, o salário era baixíssimo, muito mais do que eu poderia imaginar e as aulas seriam em regime integral. A denominação do cargo era “educador de creche” e as garantias legais não eram as mesmas que para os demais professores da educação básica. Confesso que este fato me causou grande frustração! Era uma oportunidade de atuar na Educação Infantil, contudo sabia que em outras áreas o retorno financeiro seria um pouco maior.

Este problema relaciona-se ao fato de que muitos dos municípios de nosso país não reconhecem como professores aqueles que atuam na Educação Infantil e os nomeiam das mais variadas formas, não garantindo os direitos desses profissionais enquanto professores.

Essa discussão acerca da nomenclatura utilizada para designar quem atua na Educação Infantil acaba por influenciar de forma direta as condições de trabalho dos trabalhadores das instituições escolares, pois quando se reconhece que é o professor que atua nessa etapa educacional, é imprescindível reconhecer que professores são pertencentes a uma categoria profissional (o magistério) e, portanto, devem ter reconhecidos seus direitos profissionais, tais como: formação, carreira, plano de cargos e salários, dentre outros. Já quando são denominados educadores ou monitores, essas exigências se diluem, esses direitos não são garantidos, até porque não há uma exigência mínima de habilitação para sua atuação profissional. (ALVARENGA, 2009, p.63)

Segundo Alvarenga (2009), é inegável que os professores da Educação Infantil se comparados aos profissionais dos outros níveis de ensino, são os mais desvalorizados em aspectos, como: salário, reconhecimento profissional e nível de formação. A autora destaca ainda que por outro lado, talvez eles sejam os profissionais que mais funções lhe são cobradas a desempenhar devido à própria idade das crianças, que exige deles uma atuação mais ampla e diversificada.

É bem comum que encontremos em editais de concursos vagas com denominações que reforçam essa ideia, como por exemplo: “educador de creche”, “cuidador”, “auxiliar do desenvolvimento Infantil”. Assim, esses professores não são reconhecidos financeira e profissionalmente como seria de direito. Esta falta de reconhecimento profissional acaba por comprometer a identidade desta classe muitas vezes não a compreendendo como docente “O processo de incorporação dos trabalhadores da Educação Infantil à categoria docente é bastante recente e ainda não por completo consolidado, tais profissionais estão “em busca de sua identidade”. (SERRÃO, 2012, p.130)

Apesar das péssimas condições e com a necessidade imensa de uma recém-formada ingressar em sua área, resolvi prestar a prova. Aprovada, em junho de 2012 fui chamada pela prefeitura a assumir o cargo. Neste momento eu ainda não conhecia totalmente as condições

de trabalho, conhecia o que o edital do concurso apresentava, que era um salário baixíssimo para um período integral de trabalho.

Para minha surpresa, no mesmo mês, seria implementado no município um novo estatuto do magistério público municipal, a Lei Complementar nº 2524, aprovada em 05 de abril de 2012. As condições apresentadas pelo novo estatuto muito me chamaram a atenção, o contexto não era mais o exposto pelo edital do concurso e as principais mudanças se relacionavam ao período de trabalho e remuneração, assim, resolvi me apresentar a SME e mesmo morando na cidade de Batatais (SP) assumi o cargo. A partir da nova lei, educadores de creche passaram a ser denominados professores da educação básica e com isso muitos direitos lhes foram garantidos, foi neste contexto que se deu minha inserção na docência da Educação Infantil.

Um episódio que marcou minha trajetória inicial na educação de crianças pequenas e o qual eu gostaria de pontuar aqui, foi quando eu aguardava um dos ônibus que tinha que pegar para chegar a escola para a qual eu havia atribuído uma sala e uma senhora se aproximou. Simpática, puxou assunto e perguntou o que eu fazia. Respondi orgulhosa que era professora na Educação Infantil municipal. Ela me olhou, seus olhos expressavam certo pesar, e me perguntou em tom brando o porquê de uma menina tão nova que poderia ter escolhido uma profissão melhor ter optado por cuidar de crianças e por ganhar tão pouco, pressupondo saber meu salário. Disse-me que sua filha trabalhava em um banco como estagiária e que era muito melhor, que eu deveria pensar em mudar de profissão enquanto havia tempo. Diante deste fato pude perceber a maneira como uma parcela da sociedade vê o professor da Educação Infantil, como simplesmente um cuidador de crianças, um cuidador que recebe uma miséria por isso.

Durante este período eu cursava minha primeira pós-graduação, o curso de Educação e Sociedade, e em decorrência deste fato, escolhi para trabalho de conclusão de curso (TCC) pesquisar sobre o preconceito e a desvalorização sentida pelos professores que atuam com crianças pequenas em especial nas creches (0-3 anos) e possíveis pressupostos que poderiam embasar tal situação, (ROSA, 2012). Desde então venho tentando aprofundar meus conhecimentos sobre a história da Educação Infantil pública no Brasil e o porquê da desvalorização relacionada aos professores que atuam neste segmento.

Contudo, estando inserida neste contexto de mudanças para os docentes da Educação Infantil do município de Ribeirão Preto e partilhando com as colegas de trabalho informações de como era a rotina profissional antes da mudança do estatuto, outros pontos vieram a me

inquieter. Seriam essas mudanças capazes de proporcionar melhores condições de trabalho a essas professoras? O que sentem essas professoras após a implementação da nova lei? Consideram-se valorizadas? Sentiram condições de melhor desenvolver seu trabalho docente?

Questões acerca das condições de trabalho destas professoras se tornaram as questões norteadoras de meu projeto de pesquisa e após a entrada no Mestrado em Educação Escolar da FCLAr/UNESP tive a oportunidade de melhor refletir a respeito da temática, ampliando meus horizontes e reafirmando minha posição na luta pela valorização da Educação Infantil e de seus professores.

Atualmente, estou há quatro anos na docência na Educação Infantil e durante este período pude perceber a desvalorização sofrida pelas professoras de creche (0-3 anos), muitas vezes não fui tratada como professora e reconhecida como tal, seja pelas famílias das crianças atendidas ou ainda por alguns professores de outros segmentos, que muitas vezes consideram sua prática mais “docente” que a nossa. Este sentimento de inferioridade e descaso, o qual eu senti na pele, digo senti, pois hoje não me permito mais sentir, além de social, também é sentido por muitos professores que atuam nesta etapa no que se refere a sua valorização profissional.

Segundo a nossa LDBEN nº9394/96, a valorização dos profissionais da educação será mediante:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III - piso salarial profissional;
- IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI - condições adequadas de trabalho. (BRASIL, 1996)

Como vimos, a partir da LDBEN nº9394/96 já tínhamos definidos na letra da lei alguns princípios que pressupunham a valorização profissional de nossos professores, contudo, no município pesquisado, os professores que atuavam na faixa etária creche, ao não serem reconhecidos como professores da Educação Básica não eram incluídos nestes direitos legais.

Diante do contexto de desvalorização social e profissional e em busca de reconhecimento público de seus reais direitos já garantidos em leis na esfera federal, em 05 de abril de 2012, após muitas discussões e debates foi promulgada no município de Ribeirão Preto a Lei Complementar nº 2524. Ela discorre sobre o plano de cargos, carreira e remuneração e sobre o estatuto do magistério público municipal substituindo o antigo, a Lei Complementar nº 315 de 21 de janeiro de 1994.

A cidade de Ribeirão Preto situa-se a nordeste do estado de São Paulo e possui a população aproximada em 654.893 habitantes. As escolas municipais se dividem entre CEI (Centro de Educação Infantil) e EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil). Em geral, as CEIs realizam o atendimento da faixa etária creche (0-3 anos) e as EMEIs, a faixa etária da pré-escola, 4 e 5 anos, podendo este quadro ser reorganizado diante a necessidade da demanda por vagas.

Atualmente a cidade conta com 33 unidades de CEI, 42 de EMEI e 20 escolas conveniadas. Em informações obtidas através do site da prefeitura, podemos encontrar dados sobre a demanda desta educação. A faixa etária que se relaciona à creche apresenta demanda de 4 mil crianças aguardando a vagas enquanto para o atendimento da pré-escola não há lista de espera por matrículas. A rede atende hoje a 11.224 crianças de 0-3 anos e 10.471 entre 4 e 5. Estes dados nos mostram que a oferta da EI na faixa etária creche ainda é muito pequena em relação a demanda e mesmo em um município de grande porte como no caso de Ribeirão Preto este problema ainda não foi solucionado, e é neste contexto que foi desenvolvida nossa pesquisa.

Compreendemos por pesquisa a atividade de busca pela compreensão da realidade através do conhecimento científico e nos apoiamos na definição de Marconi e Lakatos (2003) “A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.” (p.155)

De acordo com Cervo; Bervian e Da Silva (2006), é o interesse e a curiosidade do homem que o leva a investigar a vida, em geral, a meta do pesquisador em qualquer pesquisa é o saber e a busca de satisfazer uma necessidade intelectual por meio do conhecimento. A presente pesquisa também é fruto de inquietações e busca pelo conhecimento a partir de questões vivenciadas e observadas por mim, pesquisadora, na inserção na carreira docente enquanto professora da Educação Infantil - creche (0-3 anos).

O contato com a rotina diária, condições de trabalho e a imagem social do cargo foram aspectos motivacionais na formulação de questionamentos os quais encaminharam a delimitação da temática e a formulação do problema de pesquisa, o qual assim está expresso:

Quais mudanças a Lei Complementar nº 2524/12, o novo Estatuto do Magistério Municipal de Ribeirão Preto, trouxe efetivamente às condições de trabalho das professoras de Educação Infantil -Creche (0-3 anos)? Seriam estas mudanças capazes de interferir no trabalho docente destas professoras de maneira a contribuir para seu melhor desenvolvimento?

Assim, a fim de encontrar respostas, analisar e interpretar o problema de pesquisa foram estabelecidos os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

- Compreender as condições de trabalho dos professores de creche da Rede Municipal de Ribeirão Preto.

Objetivos específicos:

- Analisar o plano de cargos, carreira e remuneração no estatuto do magistério público municipal de Ribeirão Preto aprovado pela Lei Complementar nº 2524 de 05 de abril de 2012 comparando-o à legislação anterior no que se refere ao trabalho docente em creches (0-3 anos).

- Compreender se com as alterações decorrentes da Lei Complementar nº 2524/12 os professores reconhecem melhorias em suas condições de trabalho, na realização de seu trabalho docente e valorização profissional.

Diante de tais objetivos, entendemos a necessidade de utilizar para este estudo os fundamentos da pesquisa de abordagem qualitativa. Segundo Lanskshear; Knobel, (2008), ao utilizar-se de um caráter qualitativo, o pesquisador tem o intuito de analisar a compreensão e interpretação dos sujeitos da pesquisa buscando conhecer a realidade vivenciada pelos atores sociais e suas práticas exercidas no contexto real.

Para tanto, acreditamos ser imprescindível a combinação de mais de uma técnica de coleta de dados, realizamos então, uma análise documental comparativa dos estatutos em busca das reais mudanças na carreira docente das professoras de creche. Em seguida foi realizada também uma aplicação de questionários junto as professoras, buscando compreender a significação destas mudanças para as elas e relacionando a melhoria de suas condições de trabalho e os desdobramentos no desenvolvimento de seu trabalho docente.

Entendemos por trabalho docente as atividades e relações presentes nas instituições educativas, um trabalho que vai além do realizado em sala de aula e que compreende todo o processo do trabalho pedagógico.

O trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere a dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e avaliação. O trabalho docente amplia o seu âmbito de compreensão e, conseqüentemente as análises a seu respeito tendem a se complexificar. (OLIVEIRA, 2004, p. 1132)

Segundo Oliveira (2004), assim como o trabalho de uma maneira geral, também o trabalho docente tem sofrido relativa precarização nos aspectos concernentes às relações de emprego. E aspectos como: o aumento de contratos temporários nas redes públicas de ensino, o arrocho salarial, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriundas dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais grave o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público.

[...] foi possível constatar que as questões salariais e de caráter profissional, aquelas atinentes a defesa dos direitos trabalhistas, ainda são as mais contundentes nas lutas e manifestações dos trabalhadores docentes. Isso se explica provavelmente pelo quadro de precarização das condições de trabalho e de remuneração a que esses profissionais se viram submetidos nos últimos anos. (OLIVEIRA, 2004, p. 1140-1141)

Consideramos por condições de trabalho docente “todos os recursos que tornam possível a realização da atividade de ser professor – sejam eles de ordem estrutural, operacional, pedagógica, financeira, material, humana e situam-se em um período histórico dado”. (NASCIMENTO; SANTOS, 2015, p. 6)

Inúmeras pesquisas como Oliveira, (2003), Costa, (1995), Basso, (1998), Viviani; Vieira, (2001), Alves; Pinto, (2011), Nogueira, (2012), vêm discutindo a referida temática, ou seja, sobre as condições desse trabalho docente. Frequentemente muito se espera deste fazer, mas destacamos aqui a importância de se refletir sobre as condições necessárias ao professor para uma boa realização deste trabalho.

Neste sentido, a cidade de Ribeirão Preto com as mudanças trazidas pela nova legislação, insere-se na contramão deste processo, demonstrando uma possibilidade de melhoria nas condições de trabalho destes professores e na valorização da Educação Infantil.

Procurando fundamentar a presente pesquisa, busquei conhecer as pesquisas produzidas no Brasil a respeito das condições de trabalho, valorização profissional e trabalho docente na Educação Infantil, realizando uma revisão bibliográfica a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e nas sessões de trabalho dos dez últimos anos da ANPED, tal revisão encontra-se detalhada na seção 3. Foram utilizados também na composição teórica do trabalho livros e artigos buscando assim melhor fundamentar as discussões.

Na Seção 1, a qual intitula-se “A Educação Infantil no Brasil” apresentamos o percurso histórico da constituição da Educação Infantil, o como esta etapa está reconhecida em nossa legislação educacional atual, buscando refletir sobre a sua história e seus avanços. Analisa também as condições de trabalho na Educação Infantil e desvalorização desta etapa educacional e de seus professores.

A Seção 2 se destina a discutir “O novo estatuto do Magistério Público de Ribeirão Preto e seus desdobramentos para o trabalho docente nas creches”, realizando uma análise através da técnica de comparação, entre os dois estatutos e apontando através de blocos temáticos segmentados pelas próprias leis, as mudanças ocorridas.

A descrição da metodologia adotada para a produção da presente pesquisa, encontra-se na Seção 3, ela está fundamentada na abordagem qualitativa e na utilização de suas possibilidades, de instrumentos e procedimentos de coleta e análise de dados.

Partindo da compreensão deste contexto, a análise de dados encontra-se realizada na Seção 4, onde discutimos os dados da pesquisa ancoradas na literatura pertinente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar sobre a mudança ocorrida no município de Ribeirão Preto em termos da carreira das professoras de creche demandou um aprofundamento na busca de estudos acerca das condições de trabalho a que estão inseridas tais docentes em nossa sociedade.

Através da literatura pesquisada, compreendemos que o campo de atuação da Educação Infantil ainda encontra inúmeras dificuldades na sua consolidação enquanto uma etapa educacional, seja por parte do poder público, que a secundariza e fragmenta em direitos e financiamento, priorizando outras etapas educacionais, seja por parte da própria sociedade que não reconhece sua importância atrelando seu atendimento a concepção assistencialista do século XIX.

As pesquisas de Abramowicz (2003), Barros (2015), Corrêa (2003; 2011a; 2011b), Conceição; Fisher (2015), Duarte (2012), Faria; Angotti (2009; 2010; 2014), Gallassini (2008); Kramer (2005); Oliveira (2005); Scramingnon (2011); Serrão (2012) entre outras citadas ao longo do texto nos ajudam a compreender o dificultoso processo pelo qual a Educação Infantil tem passado ao longo dos anos na luta por seus direitos e reconhecimento.

É certo que a Educação Infantil alcançou inúmeras conquistas, conquistas estas que precisam ser valorizadas e comemoradas, contudo, vinte anos após a implementação de nossa LDBEN nº 9394/96, a qual é a responsável por muitos desses avanços, percebemos que os direitos reservados a tal etapa educacional ainda não foram apropriados por muitos municípios e a letra da lei não é capaz de garantir sua efetivação.

A educação municipal, a qual é prioritariamente responsável pela oferta da Educação Infantil em nosso país, têm priorizado a expansão de vagas e pouco tem se preocupado com a qualidade do atendimento oferecido às nossas crianças. Junto a esta questão, se liga o fato de que em grande parte dos municípios não é exigida formação adequada aos profissionais contratados para atuar nesta etapa, em especial os que trabalham nas creches com crianças de 0 a 3 anos. A remuneração dos professores de creches é em geral menor que a dos demais professores da Educação Básica, o que ocasiona uma baixa procura por estes cargos e o desânimo e insatisfação dos que já estão inseridos na carreira.

Diante este contexto, a cidade de Ribeirão Preto se destaca quando através de sua nova legislação oportuniza os professores de creches a consolidação de seus direitos trabalhistas

enquanto profissionais da educação, melhorando notadamente suas condições de trabalho e sua valorização profissional.

Pesquisas como as de Alves (2012), Barbosa (2012), Bonetti (2007), Lapo e Bueno (2003) e Pereira (2008) nos apontam a relação entre más condições de trabalho, insatisfação, desânimo dos professores e o desenvolvimento de seu trabalho docente, demonstrando que a otimização das condições de trabalho pode interferir na qualidade deste fazer.

Partindo deste pressuposto, retomemos nossa questão inicial de pesquisa:

Quais mudanças a Lei Complementar nº 2524/12, o novo Estatuto do Magistério Municipal de Ribeirão Preto, trouxe efetivamente às condições de trabalho das professoras de Educação Infantil -Creche (0-3 anos)? Seriam estas mudanças capazes de interferir no trabalho docente destas professoras de maneira a contribuir para seu melhor desenvolvimento?

A fim de encontrar respostas a tais questionamentos, foram estabelecidos os seguintes objetivos de pesquisa:

Objetivo Geral:

- Compreender as condições de trabalho dos professores de creche da Rede Municipal de Ribeirão Preto.

Objetivos específicos:

- Analisar o plano de cargos, carreira e remuneração no Estatuto do Magistério Público Municipal de Ribeirão Preto aprovado pela Lei Complementar nº 2524 de 05 de abril de 2012 comparando-o à legislação anterior no que se refere ao trabalho docente em creches (0-3 anos).

- Compreender se com as alterações decorrentes da Lei Complementar nº 2524/12 os professores reconhecem melhorias em suas condições de trabalho, na realização de seu trabalho docente e valorização profissional.

E Através da análise legal realizada a partir da técnica de comparação de Cerro, Bervian e Da Silva (2007), pudemos compreender os principais aspectos das mudanças trazidas pelo novo estatuto municipal à carreira e condições objetivas de trabalho das professoras de creche e concluímos que elas se deram especialmente nos aspectos relacionados a rotina de trabalho, remuneração e valorização profissional.

Sem dúvida as mudanças decorridas do novo estatuto foram de extrema importância no que tange a profissionalização das professoras de creche pesquisadas e representam um significativo avanço, sendo capaz de proporcionar a estas professoras muitos benefícios.

Contudo, a nova lei provocou mudanças um tanto quanto incompreensíveis que necessitam ser pontuadas e refletidas. Na nova configuração legal, os professores da Educação Infantil estão divididos em dois segmentos, 0-3 e 4-5, educadores de creche são hoje PEB I e os antigos Professores da Educação Pré-escolar são hoje PEB II. Se a formação destes profissionais é a mesma e se atuam dentro da mesma etapa educacional, o que justificaria essa fragmentação?

Os professores de Educação Física e de Educação Especial, assim como os professores que trabalham com alunos do 6º ao 9º ano, do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos possuem remuneração inicial maior que os PEB I e PEB II. Sendo assim podemos notar que o valor recebido pelos professores da Educação Infantil é inferior à dos professores das demais etapas educacionais, o que representa uma diferenciação de categorias.

Ora, essa medida mantém a desigualdade e hierarquização de remuneração entre professores dentro das etapas da Educação Básica e desvaloriza os professores que atuam com crianças de 0-10 anos. O que justificaria essa discrepância? Quais os motivos para esta hierarquização entre pares de uma mesma categoria profissional? Consideramos que estas questões ainda precisam ser revistas.

Diante de tais dados, passamos a analisar os questionários aplicados a vinte e sete professoras do referido município objetivando relacionar as mudanças ao nosso segundo objetivo específico e compreender se através das mesmas, as professoras efetivamente reconhecem melhorias em suas condições de trabalho, valorização e na realização de seu trabalho docente, já que a análise da literatura nos mostrou a estreita relação entre as condições de trabalho e o desenvolvimento do trabalho do professor.

Consideramos embasados em nossas análises que as condições objetivas de trabalho do grupo pesquisado foram otimizadas e proporcionaram efetivamente as professoras melhores condições de desenvolvimento de seu fazer.

Os dados apontam que a partir das mudanças, as referidas professoras possuem melhores condições de investir em seu trabalho docente, seja através de sua nova rotina diária, seja através da possibilidade de estudos, planejamentos e uma maior dedicação, ou ainda, da parceria de trabalho adquirida e da satisfação com seu trabalho através de uma melhor remuneração.

Inferimos que diante tais circunstâncias, o trabalho docente dessas professoras foi otimizado, melhorado e agora apresenta-se melhor desenvolvido. Desta forma, consideramos também a inferência de que, a partir da valorização profissional dos professores e da melhoria de suas condições de trabalho é possível alcançarmos uma melhora qualitativa no atendimento pedagógico de nossas crianças.

Cientes de que muito se têm a aprofundar e na ânsia de novas pesquisas que possam contribuir com a temática, reconhecendo os limites de uma pesquisa à nível de mestrado, consideramos irrefutável o fato de que no município pesquisado a valorização dos professores interferiu positivamente no desenvolvimento de seu trabalho.

Consideramos importante destacar aqui que as mudanças políticas que vem acontecendo em nosso país nos traz certo temor em relação as conquistas até aqui alcançadas pela Educação Infantil e seus professores, pois podem breçar seu desenvolvimento.

O governo atual através do Congresso Nacional promulgou no final do ano de 2016 a Emenda Constitucional nº95, também conhecida como PEC 55/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos à variação da inflação. Desta maneira a iniciativa prejudicará investimentos públicos, poderá agravar a recessão e diminuir os recursos para as áreas como saúde e educação resultando em um prejuízo para o desenvolvimento de ambas.

Esta ação, faz com que as políticas sociais deixem de ser reconhecidas como direitos dos cidadãos. As ações do governo não parecem privilegiar a luta pela qualidade da Educação Infantil e a valorização de seus professores e tem apresentado políticas pobres e compensatórias como o programa Criança Feliz, criado em outubro de 2016.

O referido programa chega segundo o atual governo, com a proposta de ajudar as crianças a ter um desenvolvimento adequado, contudo, parece-nos ter o objetivo de descontinuar a luta das famílias por uma Educação Infantil de qualidade, com profissionais qualificados e infraestrutura adequada, conformando-as com visitas e acompanhamento em suas residências, minimizando assim os gastos com o oferecimento de vagas em instituições adequadas. O programa criança feliz pode constituir-se em um retrocesso, nos remetendo os ideais higienistas e assistencialistas do século XIX. Por ser novo, ainda não é possível realizar uma análise mais profunda sobre o mesmo, contudo deixamos registrado aqui nossa inquietação.

Consideramos importante que o professorado, alunos e sociedade, se unam em prol da luta pela educação em seus diferentes níveis, não deixando que se instale em nosso país um cenário de retrocesso e perda de direitos. Como vimos acontecer no município pesquisado, a luta engajada e com objetivos comuns pode sim alcançar seus feitos. Para tanto, faz-se necessário que a importância da Educação Infantil e de seus professores seja disseminada e diante sua importância realmente valorizada por nosso poder público. Uma valorização que necessita sair do papel e que pode ser alcançada através de investimentos que proporcione as nossas crianças a oferta de vagas em consonância a condições estruturais adequadas. Investimentos no reconhecimento, formação e valorização profissional de seus professores e adequadas condições de trabalho, que como a presente pesquisa nos mostrou, podem contribuir para o desenvolvimento e melhoria do trabalho docente na Educação Infantil.

Referências bibliográficas

ABRAMOWICZ, A. O direito das crianças à educação infantil. **Pró-Posições**. Revista da Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, v. 14, n. 3 (42), p. 13-24 jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/42-dossie-abramowicza.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2016.

ABRAMOWICZ, A.; WAJSKOP, G. **Educação Infantil - Creches: Atividades para crianças de zero à seis anos**. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 1999.

ALMEIDA, M. I. Profissionalização do professor: problemas e perspectivas. In: MENIN, A. M. S.; GOMES, A. A.; LEITE, Y. U. F. (Org.). **Políticas públicas: diretrizes e necessidades da educação básica**. Presidente Prudente: Ed. FCT/UNESP, p. 21-28, 2002.

ALMEIDA, M. I. de. Desenvolvimento Profissional Docente: uma atribuição que também é do sindicato. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 28., Porto de Galinhas, 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0412t.PDF>. Acesso em: 10 out. 2016.

ALVARENGA, V. C. **A profissionalização do trabalho docente: um estudo das condições de trabalho de professoras de pré-escola**. 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

ALVES, T. S. **Educação Infantil: Aspectos políticos e jurídicos nos processos de intensificação do trabalho do educador infantil no município de Uberlândia/MG**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Linha: Estado, políticas e gestão em educação, Uberlândia, 184 f. 2012.

ALVES, T.; PINTO, J. M. de R. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, v. 41 n. 143, p. 606-639, mai./ago. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000200014. Acesso em: 24 mai. 2016.

ANGOTTI, M. Desafios da Educação Infantil para atingir a condição de direito e de qualidade no atendimento. In: ANGOTTI, M. (Org) **Educação Infantil: da condição de direito à condição de qualidade no atendimento**. Campinas: Alínea, p. 131- 149, 2009.

_____. Educação Infantil: para que, para quem e por quê. In: ANGOTTI, M. (Org.). **Educação Infantil: para que, para quem e por quê?** 3. ed. Campinas: Alínea, p.15-32, 2010.

_____. Educação Infantil: para que, para quem e por quê? In: ANGOTTI, M. (Org.) **Educação Infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas: Alínea, p.15-32, 2006.

_____. Espaços de formação docente: os desafios da qualificação cotidiana em instituições de Educação Infantil. In: **Nuances: estudos sobre educação**. Presidente Prudente: Ed. FCT/UNESP, Ano XIII, v. 14, n. 15 jan./dez. 2007.

_____. Semeando o trabalho docente. In: OLIVEIRA, Z. de M. R. de. **Educação Infantil: muitos olhares**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O trabalho docente na pré-escola: revisitando teorias, descortinando práticas**. São Paulo: Pioneira, 2002.

APPLE, M. W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero na educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ARANTES, F. M. **As novas configurações do trabalho docente: implicações na qualidade do ensino e nos processos participativos da gestão escolar**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2010.

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: 2004.

ASSIS, M.S.S. Ama, Guardiã, Crecheira, Pajem, Auxiliar: em brusca da Profissionalização do Educador da Educação Infantil. In: ANGOTTI, M. (Org.) **Educação Infantil: da condição de direito à condição de qualidade no atendimento**. Campinas: Alínea, p. 37-50. 2009.

_____. Práticas de cuidado e de educação na instituição de Educação Infantil: o olhar das professoras. In: ANGOTTI, M. (Org.) **Educação Infantil: para que, para quem e por quê?** 3. ed. Campinas: Alínea, p.87-104, 2010.

BARBOSA, A. **As implicações dos baixos salários para o trabalho docente no Brasil**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 35., Porto de Galinhas, 2012. Disponível em: http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT05%20Trabalhos/GT05-2468_int.pdf. Acesso em: 15 jan. 2016

BARROS, B. C. de. **Ser professora iniciante na Educação Infantil: aprendizagem e desenvolvimento profissional em contexto de enfrentamento e superação de dilemas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, p. 35-42. 2015.

BARROS, B.C.; ROSA, N. C. V. **Creche e pré-escola: A Educação Infantil fragmentada em direitos e reconhecimento.** In: Anais 4ª Semana de Formação, Pesquisas e práticas em Educação Infantil: Corpos e Culturas. p.71 à 82, de 12 à 16 de set. São Carlos, UFSCAR, 2016. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/0B3inCMpNt_NNaHRlaXM1YkhXd2s/view. Acesso em: 25 de dez. de 2016.

BARRETO, A. M. R. F. Por que e para que uma política de formação do profissional de Educação Infantil? p. 11 à 15. In: **Por uma política de Formação Profissional de Educação Infantil /MEC/SEF/DPE/COEDI**, 1994.

BASTOS, J. A. Q. R. **O mal-estar docente, o adoecimento e as condições de trabalho no exercício do magistério, no ensino fundamental de Betim/MG.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontífca Universidade Católica de Minas Gerais, 149p. 2009.

BASSO, I. S. Significado e sentido do trabalho docente. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 44, p. 19-32, abr. 1998. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 jul. 2015.

BERTONCELI, M.; MARTINS, S. **A valorização ou precarização do trabalho docente na Educação Infantil.** 10º Seminário Nacional do HISTEDBR, 18 à 21 de julho, UNICAMP, 2016. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/eventos/ged/histedbr2016/xhistedbr/paper/viewFile/1080/307>. Acesso em: 10 de jan. 2017.

BONETTI, N. **O professor de educação infantil um profissional da educação básica: e a sua especificidade?** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd. 29., Caxambu, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt07-1779.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2016.

BRANDÃO, S. M. B. de A. **A centralidade da maternagem na relação pedagógica da Educação Infantil: o discurso de docentes e famílias usuárias de creche.** 2007, 115 f. Dissertação (Mestrado interdisciplinar em Ciências da Sociedade) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2007. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/tede/jspui/handle/tede/1820>. Acesso em: 02 fev. 2016.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de junho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Estatuto da criança e do adolescente**, Brasília, jun., 1990. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Indicadores de qualidade na educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de qualidade para a educação infantil**. v. 2. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Congresso Nacional. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília: CNE/CEB n. 1, 7 abr. 1999.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 2009c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 18 mar. 2016.

BRASIL. Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica e de valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 jun. de 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm. Acesso em: 16 abr. 2015.

BRASIL. Lei n. 11.738 de 16 de julho de 2008. Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, regulamentando disposição constitucional (alínea 'e' do inciso III do caput do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais transitórias). **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Poder

Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 2008. Disponível em:
www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. Lei n. 12.014 de 06 de agosto de 2009. Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112014.htm>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, em conformidade com o artigo 6º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e com base nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal, nos artigos 8º, § 1º, e 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no artigo 40 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **Resolução n. 2, de 28 de maio de 2009**. Disponível em: portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf. Acesso em: 21 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dúvidas mais frequentes sobre Educação Infantil**. Brasília, DF, 2013. Disponível em:
<http://nepiec.com.br/Duvidas%20mais%20frequentes%20relacao%20Educacao%20Infantil.pdf>. Acesso em: 19 de dez. 2016.

BRITO, V. L. F. A. de. **A reforma da gestão pública e a remuneração docente**. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 37., Florianópolis, 2015. Disponível em:
<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt05-3829.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2016.

BUJES, M. I. E. Escola infantil: Pra que te quero? In: CRAIDY, M.; KAERCHER, G. E. P. da S. (Orgs.) **Educação Infantil**: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

CAMPOS, M.M.; FULLGRAF, J.; WIGGERS, V. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000100005. Acesso em: 10 fev. 2016.

CASTRO, P.A.P.P. de; TUCUNDUVA, C.C.; ARNS, E. M. A importância do planejamento das aulas para organização do trabalho do professor em sua prática docente. Athena. **Revista Científica de Educação**, v. 1, n. 10, p. 49-62, jan/jun., 2008.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COIMBRA, K. R. M. **As professoras da escola “D.Maria”**: um estudo sobre identidade e docência na Educação Infantil. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2011. Disponível em: http://www.tedeabc.ufma.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=645. Acesso em: 16 mar. 2016.

CONCEIÇÃO, C. M. C.; FISCHER, B. T. D. **Berços, fraldas, mamadeiras, chupetas e sucatas**: cultura de creche aqui e lá, ontem e hoje. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt07-4212.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2016.

CONCEIÇÃO, G. P. da. **Trabalho docente na Educação Infantil Pública de Florianópolis**: um estudo sobre as auxiliares de sala. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94270>. Acesso em: 12 mar. 2016.

CORRÊA, B. C. Considerações sobre qualidade na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 85-112, jul. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a05.pdf>. Acesso em: 22 out. 2014.

_____. Educação Infantil e Ensino Fundamental: desafios e desencontros na implementação de uma nova política. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, 220p. 105-120, jan./abr. 2011 a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000100007. Acesso em: 22 out. 2014.

_____. Políticas de Educação Infantil no Brasil: ensaio sobre os desafios para a concretização de um direito. **Jornal de Políticas Educacionais**. Curitiba, n. 9, jan-jun, p. 20-29, 2011b. Disponível em: <http://www.jpe.ufpr.br/n9.pdf>. Acesso em: 22 out. 2014.

COSTA, F. N. do A. **O cuidar e o educar na Educação Infantil**. In: ANGOTTI, M. Educação Infantil: para que, para quem e por quê? 4. ed. Campinas: Alínea, p.63-90, 2014.

COSTA, M. C. V. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

CRAIDY, C. M. A educação da criança de 0 a 6 anos: o embate assistência e educação na conjuntura nacional e internacional. In: MACHADO, M. L. de A. **Encontros e desencontros na Educação Infantil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CRUZ, S. H. V. Reflexões acerca da formação do educador infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 97, p. 79-89, mai.1996. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000179&pid=S0100-1574200400030000700037&lng=pt. Acesso em: 22 out. 2014.

DALBERIO, O. A pesquisa científica e os desafios na utilização dos instrumentos para coleta de dados. In: FILHO, M.J.; DALBERIO, O. **Desafios da pesquisa**. Franca: Ed. UNESP-FHDSS, p.77-106, 2006.

DIAS, A. M. G. A. **A construção da imagem docente e a função do professor de educação infantil**: elementos para reflexão. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

DIAS-DA-SILVA, M. H. G. F. O professor e seu desenvolvimento profissional: Superando a concepção do algeoz incompetente. **Caderno CEDES** [online]. 1998, vol.19, n.44, pp.33-45. ISSN 0101-3262. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621998000100004>.

DUARTE, A. W. B. **Por que ser professor?** Uma análise da carreira docente na educação básica no Brasil. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação, Conhecimento e Inclusão Social) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. 164 p. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9Q5HTU/disserta__o__alexandre_william_barbosa_duarte.pdf?sequence=1. Acesso em: 02 mar. 2016.

DUARTE, L. F. **Desafios e legislações na educação infantil**. In: ANPEd SUL, 9., Seminário de Pesquisa em Educação da região Sul. p. 1-12, 2012. Disponível em:
http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/GT07___Educacao_e_Infancia/Trabalho/03_09_17_GT_07_-_Luiza_Franco_Duarte.pdf. Acesso em: 17 mar. 2016.

DURLI, Z.; NARDI, E. L.; SCHNEIDER, M. P. **Políticas de formação e valorização dos professores da educação básica**: (in) consistências das ações e estratégias do par nos municípios. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 34., Natal, 2011. Disponível em:
<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT05/GT05-185%20int.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2016.

ESTEVE, J. M. Mudanças sociais e função docente. In NÓVOA, A. (Org.). **Profissão Professor**. 2ª Ed. Porto, Portugal: Porto, 1995.

_____. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. EDUSC, Bauru, São Paulo, 1999.

FARIA, A. de C.; ANGOTTI, M. As diretrizes curriculares nacionais da educação infantil: em busca de um trabalho pedagógico com qualidade. **Revista Eletrônica Zero-a-seis**. v. 16. n. 3. p. 217-230. Florianópolis, jul./dez 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2014n30p17/27686>. Acesso em: 15 ago. 2015.

FERRAZ, C. L. Trabalho Docente, precarização e a nova hegemonia do capital. In: **Universidade e Sociedade**, p. 09 à 19, Distrito Federal, nº 41, Jan. 2008.

FRANCO, M. A. C. Lidando pobremente com a pobreza: análise de uma tendência no atendimento a crianças “carentes” de 0 à 6 anos de idade. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, p. 13 à 32, nov. 1984. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/viewFile/1457/1452>. Acesso em: 10 de nov. 2017.

FREITAS, H. C. L. Certificação Docente e Formação do Educador: regulação e desprofissionalização. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1095-1124, dezembro, 2003.

FULLGRAF, J.; WIGGERS, V.; CAMPOS, M. M. **Qualidade na Educação Infantil: Alguns resultados de pesquisa**. In: REUNIÃO DA ANPED, 28., Caxambu, 2005.

GAIO, R.; CARVALHO, R. B. de; SIMÕES, R. O caminho da produção de conhecimento. In: GAIO, R. (org), **Metodologia de Pesquisa e produção do conhecimento**. Petrópolis- RJ: Vozes, p. 145-171, 2008.

GALLASSINI, K. A. **Docência na Educação Infantil: um estudo das relações entre as representações sociais e as práticas pedagógicas**. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional de Blumenau. Centro de Ciências da Educação, Blumenau, 2008. Disponível em: http://www.bc.furb.br/docs/DS/2008/331511_1_1.pdf. Acesso em: 11 mar. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GIOVANNETTI, M. de O. **Saúde mental e trabalho no contexto da educação infantil**. 2011. 171f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf>. Acesso em: 28 de nov. de 2016.

GONÇALVES, J. A. Desenvolvimento profissional e carreira docente: fases da carreira, currículo e supervisão. SÍSIFO, **Revista de Ciências da Educação**. Portugal, v. 8, p.23 à 36, jan/abr, 2009.

HADDAD, L. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Loyola, 1993.

KISHIMOTO, T. M. **A Pré-escola em São Paulo**. São Paulo: Loyola, 1988.

_____. Política de Formação Profissional para a educação infantil: pedagogia e normal superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, p.61-79, 1999.

_____. Prefácio. In: CERISARA, A. B. **Professores de Educação Infantil: entre o feminino e o profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

KRAMER, S. Formação de profissionais de Educação Infantil: questões e tensões. In: MACHADO, M. L. A. (Org.) **Encontros e desencontros da Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, p. 117-132, 2002.

_____. **Na gestão da Educação Infantil, nós temos meninas no lugar de professoras?** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 28., Caxambu, 2005.

_____. O currículo de Educação Infantil e a formação dos Profissionais de Creche e Pré-escola: Questões teóricas e polêmicas. p.16 à 31. In: **Por uma política de Formação Profissional de Educação Infantil /MEC/SEF/DPE/COEDI**, 1994.

_____. Formação de profissionais de educação infantil: questões e tensões. p. 117 à 132. In: MACHADO, M. L. de A. **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. Gestão Pública, formação e identidade de profissionais de Educação Infantil. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 131, p. 423-454, mai./ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n131/a1037131.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

KUHLMANN JR. M. Educação Infantil e Currículo. In: FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. (Orgs). **Educação Infantil Pós-LDB: Rumos e desafios**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. **Infância e Educação Infantil uma abordagem histórica**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANSKSHEAR, C.; KNOBEL, M. **Pesquisa Pedagógica: do projeto à implementação**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LAPO, F. R.; Bueno, B. O. (2003). Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 65-88, mar. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100004. Acesso em: 16 jan. 2016.

LOURENCETTI, G. do C. **O trabalho docente dos professores secundários na atualidade: intersecções, particularidades e perspectivas**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2008.

MACHADO, M. L. de A. Educação Infantil e Sócio-Interacionismo. In: OLIVEIRA, Z. de M. R. de. **Educação Infantil: muitos olhares**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MALACRIDA, V. A. **Ser professor no contexto do século XXI: representações sociais de professores**. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Presidente Prudente, São Paulo, 2012. Disponível em: http://tede.unoeste.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=331. Acesso em: 17 mar. 2016.

MARCELO, C. Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro. **SÍSIFO, Revista de Ciências da Educação**. Portugal, v. 8, p.7 à 22, jan/abr, 2009.

MARCONDES, K. H. B. **Continuidades e discontinuidades na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental no contexto de nove anos**. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

MENDES, R. L. R. **Educação Infantil**: as lutas pela sua difusão. Belém: Unama, 1999.

MINAYO, M. C. de S.; HARTZ, Z. M. de A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2000, vol.5, n.1, p.7-18. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232000000100002>.

MONARCHA, C. (Org.). **Educação da infância brasileira**: 1875-1983. Campinas: Autores Associados, 2001.

MONÇÃO, M. A. G. **Gestão democrática na educação infantil**: o compartilhamento da educação da criança pequena. 271 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11122013-151305/pt-br.php>. Acesso em: 17 mar. 2016.

MONTEIRO, T. C. “A gente é muita coisa para uma pessoa só”: desvendando identidades de “professoras” de creches. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 30., 2007. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt07-3129-int.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2016.

MOSS, P. Reconceitualizando a infância: crianças, instituições e profissionais. In: MACHADO, M. L. de A. **Encontros e desencontros na Educação Infantil**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2005.

NASCIMENTO, M. das G. C. de A.; SANTOS, J. V. **As percepções de professoras acerca das condições de trabalho e sua relação com a aprendizagem profissional no início de carreira**. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 37., Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt04-4426.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2016.

NOGUEIRA, A. L. H. Concepções de “trabalho docente”: as condições concretas e os discursos das prescrições oficiais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1237-1254, out./dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000400017. Acesso em: 17 fev. 2016.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. **Os Professores e a sua formação**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1992, p. 15-34.

ODELIUS, C. C.; RAMOS, F. Remuneração, renda, poder de compra e sofrimento psíquico do educador. In: AZEVEDO, J. C.; GENTILI, P.; KRUG A., SIMON, C. (Orgs.). **Utopia e**

democracia na educação cidadã. Porto Alegre: Universidade/UFRGS/Secretaria Municipal de Educação, p. 338-354, 2000.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, dez. 2004.

_____. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: **Reformas Educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes.** Belo Horizonte: Autêntica, p. 13 -37, 2003.

OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. Condições de trabalho docente: uma análise a partir de dados de sete estados brasileiros. In: OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, F. G. (org). **Trabalho na educação básica: a condição em sete estados brasileiros.** Belo Horizonte: Fino Traço Editora, p. 153-190, 2012.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de. Formação e profissionalização de professores da educação infantil. Veras - **Revista Acadêmica de Educação do ISE.** Vera Cruz. v. 2, n. 2 , p. 223- 231, 2012.

_____. A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória. **Revista da Faculdade de Educação.** São Paulo, v. 1, n.1 14, p. 43-52, jan/jun. 1988.

_____. Apresentação. In: OLIVEIRA, Z. de M. R. de. (Org) **Educação Infantil: muitos olhares.** 7. ed. São Paulo: Cortez, p. 11-23, 2007.

_____. Creches no sistema de ensino. In: MACHADO, M. L. de A., **Encontros e desencontros na Educação Infantil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, C. A. V. **Formação de Professores: Identidade e “mal-estar docente”.** 160p. Dissertação (Nível Mestrado), Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista – UNESP - Campus de Presidente, Prudente – SP, 2005.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Propostas para o atendimento em creches no município de São Paulo: histórico de uma realidade. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo: 39-65, fev, 1986.

PARDO, M. B. L. **A arte de realizar pesquisa: um exercício de imaginação e criatividade.** São Cristovão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

PENNA, M. G. de O. **Exercício docente: posições sociais e condições de vida e trabalho de professores**. Araraquara: Junqueira&Marin; São Paulo: FAPESP, 2011.

PEREIRA, E. F. **Qualidade de vida e condições de trabalho de professores de Educação Básica do município de Florianópolis – SC**. 2008, 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/92137/249593.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 mar. 2016.

PEREIRA, G. R. de M. ; ANDRADE, M. da C. L. Socioanálise de prénoções no discurso jornalístico sobre educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 128-139, jan./abr., 2005.

PINTO, J. M. de R. Uma proposta de custo-aluno-qualidade na educação básica. **RBPAAE Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 22, n.2, p.197-227, jul./dez., 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/18877/10996>. Acesso em: 26 mar. 2016.

PINTO, M. de F. N. **O trabalho docente na Educação Infantil pública em Belo Horizonte**. 2009. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Conhecimento e Inclusão Social) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-84JNBT/disserta__o_m_rcia.pdf?sequence=1. Acesso em: 26 mar. 2016.

RABELO, A. O. A remuneração do professor é baixa ou alta? Uma contraposição de diferentes referenciais. **Educação em Revista**, p. 57 a 88. v. 26, n. 1, Belo Horizonte, 2010.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 2.524, de 5 de abril de 2012. **Plano de cargos, carreira e remuneração e sobre o estatuto do magistério público municipal de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml?lei=34102>. Acesso em: 05 fev. 2014.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 315, de 21 de fevereiro de 1994. **Dispõe sobre o estatuto do magistério público municipal de Ribeirão Preto e dá outras providências**, Ribeirão Preto.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 364, de 7 de julho de 1994. **Dá nova redação a artigos, parágrafo e inciso da Lei Complementar 315/94 e dá outras providencias (Estatuto do magistério público municipal de Ribeirão Preto – Escalas de Padrões e Vencimentos**, Ribeirão Preto. Disponível em: Acesso em: 21 de fev. de 2014.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 1644, de 01 de abril de 2004. **Inclui na Lei Complementar nº 315, de 13 de janeiro de 1994 - (dispõe sobre o estatuto do magistério público municipal e dá outras providências) o cargo de "educador de creche" e dá outras providências**, Ribeirão Preto. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml?lei=7677>. Acesso em: 22 de fev. de 2014.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 1685, de 03 de julho de 2004. **Cria cargos de provimento efetivo de educador de creche, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, extingue cargos e dá outras providências**, Ribeirão Preto. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml?lei=7951>. Acesso em: 21 de fev. de 2014.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 972, de 24 de março de 2000. **Acrescenta alínea ao inciso II do artigo 6º e parágrafos 2º e 3º do mesmo artigo, da Lei Complementar nº 315, de 13 de janeiro de 1994 e dá outras providências**, Ribeirão Preto. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml?lei=3576>. Acesso em: 22 de fev. de 2014.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 2272, de 26 de junho de 2008. **Dispõe sobre o padrão de vencimento do cargo de provimento efetivo e da função de educador de creche e dá outras providências**, Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml?lei=31351>. Acesso em: 22 de fev. de 2014.

RIBEIRÃO PRETO. Lei n. 1645, de 01 de abril de 2004. **Integra no quadro do Magistério Público Municipal cargos de provimento efetivo, como especifica, Ribeirão Preto**. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml?lei=7679>. Acesso em: 25 de fev. de 2014.

ROSA, N. C. V. **Preconceito e desvalorização contra os profissionais atuantes na Educação Infantil**: um estudo histórico. Trabalho de conclusão de curso. Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2012.

SAMPAIO, M. das M. F.; MARIN, A. J. Precarização do Trabalho Docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1203-1225, Set./Dez. 2004.

SANTOS, M. O. V. dos. A identidade da profissional de Educação Infantil. In: GUIMARÃES, C. M. (Org) **Perspectivas para a Educação Infantil**. p. 87 à 101. Araraquara: Junqueira e Marin, 2005.

SCHMIDT, L. L. A política de formação de professores no Brasil e suas implicações na prática pedagógica. **Ponto de Vista**. p. 18 à 29, v. 1, nº1, jul/dez, 1999.

SCRAMINGNON, G. B. da S. **O lugar da creche na Educação Infantil**. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 34., Natal, 2011. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT07/GT07-1166%20int.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2016.

SELLA, C. A. **Retratos de um professor em crise: os docentes em tempos de mudança**. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2006.

SERRÃO, C. R. B. A política da construção ou da justaposição: a Educação Infantil como 1ª etapa da Educação Brasileira. In: ANGOTTI, M. (Org.) **A Educação Infantil em diálogos**. Campinas: Alínea, 2012.

SOARES, N. Aspectos éticos na pesquisa. In: FILHO, M. J.; DALBERIO, O. **Desafios da pesquisa**. Franca: Ed. UNESP-FHDSS, p. 43-61, 2006.

SOARES, R. L. de O. **O mal-estar docente: condições de trabalho e suas implicações**. 2012. 82 f. Dissertação (Mestrado profissionalizante) – Escola Superior de Teologia – EST, Instituto Ecumênico de Pós-graduação. São Leopoldo, 2012. Disponível em: http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=464. Acesso em: 19 fev. 2016.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação docente**. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMAZI, A.R.G.; ASINELLI, T. M. T.; Prática docente: considerações sobre o planejamento das atividades pedagógicas. **Educar em Revista**, Curitiba: Ed. UFPR, n. 35, p. 181-195, 2009.

VIEIRA, L. F.; OLIVEIRA, T. G. As condições do trabalho docente na Educação Infantil no Brasil: alguns resultados de pesquisa (2002 -2012). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 46, n. 32, p. 131-154, mai./ago., 2013.

VIEIRA, L. M. F.; SOUZA, G. de. Trabalho e emprego na Educação Infantil no Brasil: segmentações e desigualdades. **Educar em Revista**, Curitiba: Ed. UFPR, n. especial 1, p. 119-139, 2010.

VIEIRA, J. S. **Processo de trabalho das professoras de Educação Infantil: entre imagens de bondade e o mal-estar docente**. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 36., Goiânia,

2013. Disponível em:

http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt09_trabalhos_pdfs/gt09_3277_texto.pdf. Acesso em: 17 mar. 2016.

VIVIANI, L. M.; VIEIRA, D. A. Práticas de cuidado e trabalho docente. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 320-321, 2001.